

Regulamento para atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior

Nota justificativa

Considerando o quadro legal de atribuições das autarquias locais, primordialmente identificado com a Lei nº 75/2013, de 12/9, e que aos Municípios incumbe, em geral, prosseguir os interesses *próprios, comuns e específicos* das populações respetivas e, designadamente, no que tange à educação e ao desenvolvimento, nos termos, designadamente, do previsto nas alíneas d) e m) do art. 23º da referida Lei;

Tendo presente que o Município, à semelhança da generalidade dos Municípios dos Açores, é, por natureza, caracterizado por uma situação sócio-económica e geográfica identificada com uma marcada *ultraperifricidade*;

Considerando, neste contexto, que tem sido apanágio da autarquia, na persecução das atribuições e competências municipais, intentar uma significativa atenuação dos fatores que coarctam o desenvolvimento municipal, designadamente através da concretização de uma política de investimentos adequada, que não descure a dimensão do apoio social e económico que a câmara municipal pode vitalizar no concelho, na medida do possível e, ainda mais, num quadro atual de grave crise económica e financeira internacional;

Tendo presentes as dificuldades que, naquele plano, atravessam os estratos mais sensíveis e *carenciados* da população do Concelho, nomeadamente, mas não exclusivamente, os identificados com a população jovem e/ou estudantil, comprovadamente com poucos recursos económicos e que frequentem ou pretendam frequentar estabelecimentos do ensino superior, como tal reconhecidos pelo Ministério da Educação;

Considerando que a aposta em iniciativas municipais de apoio especialmente dirigidas àqueles estratos da população promoverá a qualidade de vida no Município;

Considerando que um relevante facto de desenvolvimento social é a educação e que, neste âmbito, a autarquia pode impulsionar iniciativas concretas de fomento cultural e educacional em prol do Município,

designadamente no âmbito da Comunidade Escolar do Município, no que toca ao incentivo e apoio à aquisição de competências e estudos, elevando-se o nível cultural e a qualidade de vida no Município e promovendo-se igualmente a captação de jovens quadros,

Reputa-se de relevante interesse público municipal institucionalizar, mediante regulamento municipal, os apoios camarários possíveis, sob condições bem definidas, *universais* e com garantia do respeito pelo *princípio da igualdade*, que passam pela atribuição de incentivos de natureza pecuniária específicos, *vulgo bolsas de estudo*, designadamente apontando-se ao supra referido desiderato e em concretização, concomitante, da competência municipal expressa, nomeadamente nos termos previstos na alínea v) do nº 1 do art. 33º da Lei nº 75/2013, de 12/9;

Finalmente, apesar de se tratar da aprovação de um regulamento municipal, verifica-se, de resto manifestamente, que o presente regulamento não contempla matéria ou disposições suscetíveis de afetar de modo direto e imediato direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos; antes pelo contrário, a matéria que visa concretamente disciplinar entronca numa manifesta *liberalidade* do Município, que, por natureza, não é susceptível de ser *ajustada* com o universo potencial de interessados a que se destina, não tendo repercussão *negativa ou condicionante* sobre direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

Nestes termos, à luz do actualmente disposto nos arts. 100º e 101º do novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, encontram-se dispensadas quer a audiência de interessados, quer a consulta pública.

Atento todo o supra considerado, propõe-se, nos termos do disposto na aplicação conjugada das alíneas d) e m) do art. 23º e das alíneas k) e v) do nº 1 do artigo 33º, ambos da mencionada Lei nº 75/2013, de 12/9, para aprovação da assembleia municipal, o seguinte Regulamento, que identifica e disciplina os termos no âmbito dos quais se pode disponibilizar a oferta pública municipal dos apoios destinados à atribuição de bolsas de estudo aos estudantes, residentes no Município, que frequentem ou pretendam frequentar

estabelecimentos do ensino superior, como tal reconhecidos pelo Ministério da Educação, ao abrigo do articulado seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1º

Âmbito e objetivos

1 – O presente regulamento visa o desenvolvimento educacional e a elevação cultural no município da Madalena através da atribuição anual de bolsas de estudo aos estudantes nele residentes e que frequentem ou pretendam frequentar estabelecimentos do ensino superior, como tal reconhecidos pelo Ministério da Educação.

2 – A atribuição de bolsas de estudo incide sobre os estudantes com poucos recursos económicos e com comprovado aproveitamento escolar.

3 – A concessão de bolsas incide apenas sobre os cursos do ensino superior que confirmam direito a licenciatura e até este grau, não estando abrangidos os graus académicos posteriores (pós-graduações, mestrados e doutoramentos).

Artigo 2º

Residência

Para os efeitos do presente regulamento, consideram-se estudantes residentes no Município da Madalena os que comprovem a residência no Município há pelo menos 3 anos.

Artigo 3º

Duração e aproveitamento escolar

1 – A Câmara Municipal da Madalena atribui anualmente, mediante concurso, bolsas de estudo aos estudantes que se encontrem nas condições estabelecidas no presente regulamento.

2 – As bolsas têm a duração do ano letivo de acordo com o calendário escolar respetivo.

3 – Cada estudante contemplado só poderá beneficiar da atribuição de bolsa se reunir os pressupostos de carência económica e mediante apresentação de comprovativo do aproveitamento escolar no ano anterior, à exceção de motivos de força maior, devidamente comprovados, nomeadamente por doença prolongada.

4 – Caso o candidato tenha de realizar exames na época especial, poderá apresentar o certificado de aproveitamento escolar no prazo de 20 dias úteis, após a obtenção dos resultados finais das respetivas provas, ficando pendente a decisão final sobre o processo de candidatura.

5 – Cada estudante só poderá ser apoiado no máximo de 6 anos letivos.

CAPÍTULO II

Natureza, montantes e atribuições das bolsas de estudo

Artigo 4º

Natureza das bolsas

1 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as bolsas de estudo serão de natureza pecuniária e nos montantes anuais definidos no anexo I ao presente Regulamento e que deste é parte integrante, em função do respetivo escalão.

2 – Não serão admitidos candidatos cujo rendimento *per capita* seja superior ao do 5º escalão do referido anexo I.

Artigo 5º

Número de bolsas

O número de bolsas a atribuir anualmente será limitado pelo valor inscrito na respetiva rubrica do orçamento do Município da Madalena.

Artigo 6º

Montantes

Os montantes das bolsas de estudo serão aferidos em conformidade com os escalões do rendimento próprio ou dos agregados familiares dos candidatos contemplados, nos termos do anexo I ao presente regulamento.

CAPÍTULO III

Candidaturas

Artigo 7º

Fases e documentação

1 – Os interessados formalizarão as suas candidaturas de acordo com a minuta sob o Anexo II ao presente Regulamento e que deste é parte integrante, fazendo-o junto da Câmara Municipal da Madalena, no período de 1 de agosto a 31 de Outubro, mediante requerimento endereçado ao presidente da Comissão de Análise de candidaturas prevista no artigo 8º deste regulamento, instruído com os seguintes documentos:

- a) Fotocópia do cartão de cidadão ou bilhete de identidade e cartão de contribuinte do candidato;
- b) Atestado de residência com indicação do número de pessoas que compõem o agregado familiar e o tempo de residência no concelho;
- c) Fotocópia do documento comprovativo da matrícula do candidato e restantes elementos estudantes do agregado;
- d) Fotocópia do documento comprovativo com o aproveitamento escolar obtido no ano *letivo anterior a candidatura*.
- e) *Fotocópia da última declaração de IRS/IRC e respetivos anexos referente ao ano anterior, ou certidão comprovativa emitida pelo Ministério das Finanças, em caso de inexistência de declaração;*
- f) Fotocópia da nota liquidação de IRS do ano anterior;

- g) Fotocópia do último recibo de vencimento de cada elemento do agregado familiar no ativo;
- h) Fotocópia do NIB de uma conta cujo titular seja o candidato ou o encarregado de educação se o candidato for menor;
- i) Em caso de desemprego, declaração do Instituto de Ação Social da área de residência, da qual deverá constar o montante de subsídio, com indicação do início e termo.

2 – As candidaturas serão concretizadas por duas fases, nos seguintes termos:

- a) A avaliação das candidaturas será realizada até ao dia 30 de novembro de cada ano;
- b) A atribuição das bolsas será concretizada até ao dia 31 de dezembro do mesmo ano.

Artigo 8º

Comissão de análise das candidaturas

1 – As candidaturas serão objeto de ponderação por parte de uma comissão de análise constituída por:

- a) 1 representante da Câmara Municipal da Madalena, preferencialmente membro do executivo camarário, que presidirá;
- b) 1 técnico do Serviço de Acção Social;
- c) 1 representante de uma instituição de Ensino do Município da Madalena.

2 – Cada entidade representada na Comissão deverá indicar um número de suplentes igual ao número de efetivos previstos no nº 1.

4 – À convocatória, quórum, realização das reuniões e votação aplicam-se as pertinentes disposições do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 9º

Incompatibilidades

Aos membros da comissão de análise aplicam-se, com as necessárias adaptações, todas as regras legais de incompatibilidades, impedimentos e suspeição fixadas no Código do Procedimento Administrativo e demais legislação especial em vigor na matéria.

Artigo 10º

Condições de atribuição das bolsas

A atribuição de bolsas de estudo fica sujeita à análise da situação económica do agregado familiar, sendo aplicada a seguinte fórmula.

$$C = (RL / 12) / N$$

C - Rendimento *per capita* mensal;

RL – Rendimento anual líquido em IRS;

N – Número de elementos do agregado familiar.

Artigo 11º

Estudantes portadores de deficiência física ou sensorial

Os estudantes portadores de um grau de deficiência ou incapacidade que seja igual ou superior a 60%, aferido mediante a apresentação de atestado de incapacidade, beneficiam de estatuto especial na atribuição de bolsa de estudo, sendo os valores previstos no quadro I majorados em 15%.

Artigo 12º

Anulação da bolsa

1 – Constitui motivo para a anulação imediata da bolsa de estudo:

- a) A prestação, pelo bolseiro ou pelo seu representante, de falsas declarações, por inexatidão ou omissão voluntária, no processo de candidatura quanto às condições determinantes da atribuição da bolsa de estudo;

- b) A não participação, por escrito, ao Município, da alteração das condições económicas do bolseiro, susceptível de influir no montante da bolsa de estudo, no prazo de 30 dias a contar da data em que ocorra aquela alteração;
- c) A desistência do curso;
- d) Os estudantes que, encontrando-se nas condições de residência fixadas no artigo 2º, deixem de residir no município;

2 – Além de ver anulada a bolsa de estudo, o infrator será ainda obrigado a repor as quantias indevidamente recebidas, acrescidas dos juros legais e sem prejuízo dos procedimentos judiciais que ao caso houver lugar.

Artigo 13º

Obrigações dos bolseiros

Comunicar ao Município:

- a) Todas as alterações relativas à sua situação escolar, como sejam, a mudança de estabelecimento de ensino ou a mudança de curso;
- b) Todas as circunstâncias ocorridas posteriormente ao concurso, que tenham melhorado significativamente a sua situação económica, bem como a mudança da residência, no prazo de 30 dias a contarem da data em que ocorram alterações.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 14º

Orçamento

1 – Os encargos resultantes da aplicação do presente regulamento serão suportados por verbas a inscrever anualmente no orçamento da Câmara Municipal da Madalena;

2 – Os escalões, capitações e montantes das bolsas de estudo poderão ser revistos, mediante proposta da Câmara Municipal a submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Artigo 15º

Complementaridade

1 — Os benefícios previstos no presente regulamento são complementares e cumulativos com quaisquer outros, não prejudicando os direitos e as obrigações estabelecidas por qualquer regime de ação social de que o candidato beneficie ou possa vir a beneficiar no decurso da sua formação.

2 — Os benefícios previstos no presente diploma não são, porém, cumuláveis com uma bolsa atribuída pela Administração Pública da Região Autónoma dos Açores no mesmo âmbito ou para a mesma finalidade.

Artigo 16º

Publicitação

O presente regulamento e os editais relacionados com as candidaturas serão afixados nos lugares de estilo a partir do dia 15 de Julho de cada ano e ainda publicitados no sítio internet do Município da Madalena.

Artigo 17º

Casos omissos

Todas as situações de omissão ou dúvida suscitadas pela aplicação do presente regulamento serão dirimidas pela Câmara Municipal da Madalena.

Artigo 18º

Norma revogatória

A entrada em vigor das presentes normas revoga na íntegra os regulamentos anteriores para a concessão de bolsas de estudo no Município da Madalena.

Artigo 19º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor 10 dias após a sua publicação e aprovação nos termos legais.

ANEXO I

(a que se reporta o artigo 4º do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a alunos do ensino superior do Município da Madalena)

Escalões	Capitações (rendimento <i>per capita</i>)	Bolsa
I	Até 175,00 €	1.350,00 €
II	Até 225,00 €	1.050,00 €
III	Até 275,00 €	550,00 €
IV	Até 325,00 €	350,00 €
V	Até 450,00 €	180,00 €

ANEXO II

**(a que se reporta o artigo 7º/1 do Regulamento de Atribuição de Bolsas de
Estudo a alunos do ensino superior do Município da Madalena)**

BOLETIM DE CANDIDATURA

Ano letivo de ____/____

1.ª Inscrição ____

Renovação ____

1. Identificação do candidato/ domicílio

Nome: _____

Data de nascimento (Ano/Mês/Dia): _____ Naturalidade: _____

Sexo: Masculino ____ Feminino: ____ Estado Civil: _____

Residência habitual no Município da Madalena: _____

Localidade: _____ Código Postal: _____ - _____

Telefone: _____ Telemóvel _____ email: _____

Reside no Município da Madalena há quantos anos? _____

Caso tenha residido noutro município, indique-o? _____

Residência durante o período de aulas: _____

Localidade: _____ Código Postal: _____ - _____

Telefone: _____

Alojamento durante o período de aulas: Arrendado _____ Próprio _____

outro _____ Qual? _____

Nome do Pai: _____

Profissão: _____

Nome da mãe: _____

Profissão: _____

2.

Bilhete de Identidade/ Cartão de cidadão: _____

Número de Contribuinte: _____

3. **Situação Escolar do Candidato**

Universidades: _____ Institutos _____ Politécnicos: _____ Institutos
Superiores: _____

Escolas Superiores _____

Ano que frequenta: _____ Curso: _____

Estabelecimento de ensino: _____

Horário: Diurno _____ Noturno _____

Ano de entrada no estabelecimento de ensino: _____

Ano que frequentou anteriormente: _____ Curso: _____

Obteve aproveitamento, no ano anterior, em todas as disciplinas? _____

Mencione as disciplinas em que não obteve aproveitamento, bem como aquelas em que não se inscreveu e que completariam o curriculum do ano anterior. _____

4. Situação de Irmãos Estudantes

Nome	Estabelecimento de Ensino	Ano	Requeriu algum tipo de Benefícios Sociais? Quais? Bolsa, alojamento, etc

5. Composição do Agregado Familiar

Ref.	Nome	Parentesco	Data Nasc.	Estado civil	Profissão	Hab. Literárias	Naturalidade
A							
B							
C							
D							
E							
F							

6. Rendimento Médio Mensal (atual) do Agregado Familiar

Nota: Este quadro deverá ser preenchido discriminando os rendimentos do agregado familiar (ordenados, rendas, pensões, etc).

Ref.	Nome do Titular	Trabalho Dependente	Trabalho Independente	Pensões	Outros	Total
A						

B						
C						
D						
E						
F						

7. Encargos do Agregado Familiar

Nota: Este quadro deverá ser preenchido discriminando as despesas mais relevantes do agregado familiar (alojamento, alimentação e transporte de filhos estudantes, despesas obrigatórias de saúde, renda da casa ou prestação de empréstimo, etc).

Discriminação das Despesas	Valor mensal de despesas
Total:	

8. Outros Benefícios Sociais

No ano letivo anterior

Bolsa de Estudo: SIM____ NÃO____ Montante:_____

Outro: _____ Qual? _____

No presente ano letivo, solicitou apoio a outra entidade para além da Câmara Municipal?

Bolsa de Estudo: SIM____ NÃO____ Montante:_____

Entidade: _____

Outro: _____ Qual? _____

Entidade: _____

9. Documento

- a) Fotocópia do cartão de cidadão ou bilhete de identidade e cartão de contribuinte do candidato;
- b) Atestado de residência com indicação do número de pessoas que compõem o agregado familiar e o tempo de residência no concelho;
- c) Fotocópia do documento comprovativo da matrícula do candidato e restantes elementos estudantes do agregado;
- d) Fotocópia do documento comprovativo com o aproveitamento escolar obtido no ano *letivo anterior a candidatura*.
- e) *Fotocópia da última declaração de IRS/IRC e respetivos anexos referente ao ano anterior, ou certidão comprovativa emitida pelo Ministério das Finanças, em caso de inexistência de declaração;*
- f) Fotocópia da nota liquidação de IRS do ano anterior;
- g) Fotocópia do último recibo de vencimento de cada elemento do agregado familiar no ativo;
- h) Fotocópia do NIB de uma conta cujo titular seja o candidato ou o encarregado de educação se o candidato for menor;
- i) Em caso de desemprego, declaração do Instituto de Ação Social da área de residência, da qual deverá constar o montante de subsídio, com indicação do início e termo.

10. Declaração do Candidato / Encarregado de Educação

Declaro sob o compromisso de honra, que preencho todos os requisitos escolares, económicos e que as declarações de rendimento e outras prestadas são exatas e completas, tomando conhecimento das sanções aplicáveis no caso de inexatidões ou

falsas declarações. Declaro ainda que tomei conhecimento do Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo.

Assinatura: _____

Candidato: _____

E. Encarregado de Educação (para candidatos menores):

Data: _____